

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Vida S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Independentes.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram em 2023 R\$ 828,9 milhões com aumento de R\$ 1,4 milhão ou 0,2% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento de vendas novas de seguros coletivos.

Sinistralidade

A sinistralidade foi de 63,1%, com redução de 6,0 p.p. em relação ao ano de 2022, devido às ações de saneamento de carteira.

Despesas administrativas

As despesas administrativas sobre o prêmio ganho em 2023 foram de 12%, aumento de 0,6% em relação ao ano anterior.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 60,4 milhões, redução de 0,1%, em relação ao ano de 2022, devido à Declaração de capacidade financeira.

Resultado do exercício

Em decorrência da melhoria do índice combinado, o resultado totalizou em 2023 um lucro de R\$ 62,7 milhões, aumento de R\$ 19,8 milhões, em relação ao ano anterior.

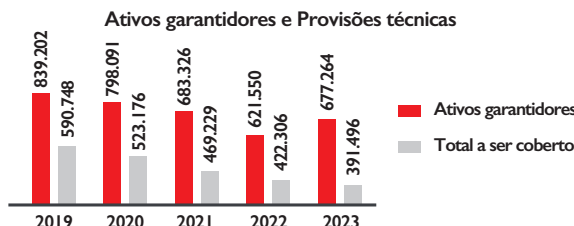
Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), em 2023, foi de 94,2%, redução de 4,3 p.p. em relação aos 98,5% em 2022. Esta variação decorre, diretamente da redução de 6,0 p.p. do índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro de 2023, foi de 86,9%, redução de 4,2 p.p. em relação aos 91,1% do ano anterior.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, a MAPFRE Vida declara não deter valores de títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento".

A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Em 2021, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade de 2022 a 2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG - Ambientais, Sociais e de Governança e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Seguradora, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDACIÓN MAPFRE

Por meio da *Fundación* MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o

desenvolvimento da social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social. Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Controles internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Moralidade, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantidos disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		345.211	391.740	Circulante		311.918	295.451
Disponível	5	394	148	Contas a pagar		52.385	39.766
Caixa e bancos		394	148	Obrigações a pagar	13	34.607	25.374
Equivalentes de caixa	5	48.887	2.158	Impostos e encargos sociais a recolher		3.702	3.428
Aplicações	6	149.683	231.183	Encargos trabalhistas		6.850	6.835
Créditos das operações com seguros e resseguros		109.628	118.522	Impostos e contribuições	14	7.226	4.129
Prêmios a receber	7	80.088	87.539	Débitos de operações com seguros e resseguros		62.396	50.477
Operações com seguradoras	8a	24.705	17.891	Prêmios a restituir		2	2
Operações com resseguradoras	9a	4.835	13.092	Operações com seguradoras	9b	21.669	9.386
Outros créditos operacionais		8.951	7.281	Operações com resseguradoras	9b	5.312	9.418
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	5.601	2.701	Corretores de seguros e resseguros	15	16.539	16.632
Títulos e créditos a receber		10.709	16.385	Outros débitos operacionais	16	18.876	15.041
Títulos e créditos a receber		2.237	2.599	Depósitos de terceiros	17	5.583	2.353
Créditos tributários e previdenciários	25b	6.242	12.533	Provisões técnicas - seguros	18	191.554	202.855
Outros créditos		2.230	1.253	Danos		30	51
Outros valores e bens		-	139	Pessoas		164.652	179.340
Outros valores		-	139	Vida individual		26.872	23.464
Despesas antecipadas	3	1.051	-	Passivo não circulante		253.436	278.129
Custos de aquisição diferidos	10	11.355	12.172	Provisões técnicas - seguros	18	240.598	261.452
Seguros		11.355	12.172	Pessoas		235.604	256.315
Ativo não circulante		790.443	679.913	Vida individual		4.984	5.137
Realizável a longo prazo		749.788	640.140	Outros débitos	22	12.838	16.677
Aplicações	6	527.581	390.367	Provisões judiciais		12.838	16.677
Créditos das operações com seguros e resseguros		13	55	Patrimônio líquido	23	570.300	498.073
Prêmios a receber	7	13	55	Capital social		505.166	505.166
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	2.484	1.556	Reserva legal		5.280	2.145
Títulos e créditos a receber		218.378	245.366	Reserva de investimentos		74.362	29.693
Créditos tributários e previdenciários	25b	214.636	241.967	Ajustes de avaliação patrimonial		(14.508)	(38.931)
Depósitos judiciais e fiscais	22a	3.742	3.399				
Custos de aquisição diferidos	10	1.332	2.796				
Seguros		1.332	2.796				
Investimentos		768	709				
Participações societárias		543	472				
Imóveis destinados à renda		225	237				
Imobilizado	11	2.944	3.030				
Imóveis de uso próprio		2.942	3.009				
Bens móveis		2	21				
Intangível	12	36.943	36.034				
Outros intangíveis		36.943	36.034				
Total do ativo		1.135.654	1.071.653	Total do passivo e patrimônio líquido		1.135.654	1.071.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

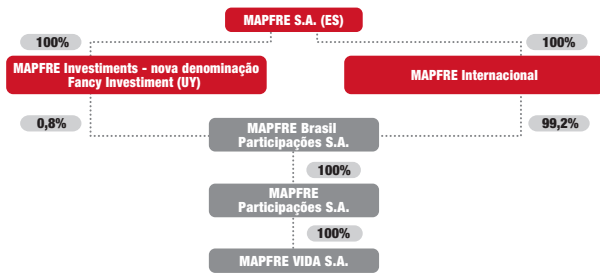
	Capital social	Aumento/Redução de capital (em aprovação)	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	505.166	90.000	90.000	-	(31.273)	(867)	563.026
Aprovação de aumento de capital processo nº 15414.650051/2021-25	90.000	-	-	-	-	-	-
Redução de capital AGE de 07 de outubro de 2022	(90.000)	-	-	-	(7.658)	(7.658)	(90.000)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	42.892	42.892
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	2.145	-	-	(2.145)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.187)	(10.187)
Reserva de investimentos	-	-	-	29.693	-	(29.693)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	505.166	-	2.145	29.693	(38.931)	-	498.073
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	24.423	24.423	24.423
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	62.694	62.694
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	3.135	-	-	(3.135)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.890)	(14.890)
Reserva de investimentos	-	-	-	44.669	-	(44.669)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	505.166	-	5.280	74.362	(14.508)	-	570.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., doravante designada por "Seguradora", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e cossseguros nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Seguradora é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e revisadas em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3k, 18, 19 e 21 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3a e 6 - Aplicações e instrumentos financeiros; • Notas 3i e 22 - Provisões judiciais; e • Notas 3p e 25 - Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e no passivo circulantes, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos reconhecidos na contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou no passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou no passivo não circulante. **f) Normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicadas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O normativo foi referendado pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, com vigência a partir de 2024. **Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022:** Altera a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre provisões técnicas, teste de adequação de passivos, ativos redutores, capitais de risco, constituição de banco de dados de perda operacional, planos de regularização, registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas, envio de informações periódicas, normas contábeis, auditoria contábil independente, exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente, e sobre os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuação (IBA), será aplicável a partir de 2 de janeiro de 2024, com exceção ao artigo 2º que está em

vigor desde 2 de janeiro de 2023. Conforme avaliação realizada pela Seguradora, a nova circular alterará o critério para a constituição da Redução ao Valor Recuperável - RVR, sobre os ativos de prêmios a receber e resseguro a recuperar, com impacto positivo estimado de aproximadamente 0,7% do patrimônio líquido. O Teste de Adequação de Passivos - TAP também tem previsão de alteração, sem impacto financeiro. Na avaliação do teste de *impairment* realizado nos Títulos e Valores Mobiliários, estima-se um impacto negativo de aproximadamente 0,1% do patrimônio líquido.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Informação de políticas contábeis materiais:** A Seguradora adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis). **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalentes de caixa:* Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nessa categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo sendo que as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos são determinados por métodos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *vi. Recebíveis:* Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indicar que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado com contrapartida em conta redutora do ativo correspondente. Quando há reversão subsequente da perda de valor esta é registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor dessa reclassificação é dado pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuper

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o método do desenvolvimento das despesas pagas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores. A Provisão de Sinistros é calculada com base no montante de sinistros ocorridos e não ajustados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648/2021, ambas de 12 de novembro de 2021, e alterações, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaáveis relacionadas aos sinistros e outras despesas respeitadas à probabilidade de aplicação dos prazos de pagamento. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utiliza a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste, foi comparado com a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos, compreendendo o período mais recente em último plano de provisão. Para o cálculo do teste de sinistralidade de 64,4% para a Seguradora. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **l) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudence dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados:** i. *Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são ocleridos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. ii. *Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência denominado para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. *Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio no plano de saúde para ex-empregados e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa, calculados e provisionados. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compostas substancialmente pelas receitas e despesas aplicadas e **contas operacionais:** **o) Receita e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de vendas sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado sob o regime de caixa. **q) Participação nos lucros ou prejuízos:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros ou prejuízos relativos aos pagamentos referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar o cumprimento dos seus objetivos estratégicos: **Risco de Crédito:** Risco de inadimplência; **Risco de liquidez:** Risco de liquidez; **Risco de mercado:** Risco de mercado; **Risco operacional:** Risco operacional; e **Gestão de capital:** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e projetos, na identificação, tratamento e monitoramento dos riscos. Adicionalmente, o provisionamento do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE está integrada na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes interessadas por meio de relatórios corretivos, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento de riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações e análises e análises de resultados de testes e controles e de auditoria, tendo como objetivo, entre outros, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no conceito de exercício de suas funções de fiscalização e supervisão, bem como no conceito de análises, aplicações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, provendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e, consequentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a ocorrência de sinistros é esperada, a previsão para a ocorrência de sinistros é feita pela Seguradora entendendo que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros, avisos e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras, que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e voláteis seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela de seus riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de risco são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas, tipos de produtos, condições de risco no âmbito de risco no âmbito de cada segmento de seguro baseado no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

Região geográfica	2023				2022			
	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro
Centro-Oeste	323.744	39%	323.744	41%	330.716	40%	330.716	41%
Nordeste	14.544	2%	14.544	2%	10.654	1%	10.654	1%
Norte	2.958	0%	2.958	0%	3.854	0%	3.854	0%
Sudeste	415.934	50%	385.972	48%	410.579	50%	382.750	49%
Sul	71.533	9%	71.474	9%	73.449	9%	73.287	9%
Total	828.713	100%	798.692	100%	829.252	100%	801.261	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 173 (R\$ 181) em 31 de dezembro de 2022). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem as operações de seguros, foram consideradas na análise; os impactos são considerados brutos e líquidos de resseguro. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da empresa, este percentual é atualizando anualmente com base no comportamento do desvio médio da sinistralidade observada. **b) Despesas administrativas:** Simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da empresa, esse percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da seguradora. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	2023		2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(52.280)	(49.699)	
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(9.896)	(9.896)	

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **• Perdas decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; **• Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

Rating	2023				2022			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
A+	14.164	-	9.080	23.244	13.675	-	8.734	22.409
A	-	6.777	-	6.777	-	5.523	-	5.523
A-	-	-	-	-	59	-	-	59
Total	14.164	6.777	9.080	30.021	13.734	5.523	8.734	27.991

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	2023			2022		
	AAA	Sem	Total	AAA	Sem	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	677.290	-	677.290	604.363	-	604.363
Certificados de depósito bancário - CDB	-	-	-	-	17.247	17.247
Caixa/contas a pagar/receber	-	(26)	(26)	-	(60)	(60)
Total	677.290	(26)	677.264	604.363	17.247	(60)

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 49.931 com lastro em títulos públicos.

Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e, também, para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e, também, às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de refinanciamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, estabeleceu novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Seguradora desenvolver metodologia específica para cálculo. A metodologia utilizada pela Seguradora está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, consideram os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco calculado a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator esse com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
>= 100%	Cumprimento total
< 100% - 90%	Zona Verde
< 90% - 30%	Zona Amarela
< 30%	Zona Vermelha

Total a ser coberto (nota 20) (a)	391.496
Ativos garantidores (nota 20) (b)	677.264
Fator de risco de liquidez (c)	8,00%
Fator de liquidez (d)=(a)/(c)	31,132
Verde	3.132
Amarelo	18.792
Vermelho	9.396
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	422.816
Índice de liquidez (b)/(e)	1,60
Suficiência (b)-(e)	254.448

Classificação do nível de liquidez **Cumprimento total**
 Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contraladas levando-se em consideração as características do papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado por meio de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto. Não obstante da Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição da faixa do fluxo caixa de 5 (cinco) anos que, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

Fluxo de ativos (*)	2023	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	64.367	173.527
Fluxo de 1 a 5 anos	606.976	158.805
Fluxo acima de 5 anos	5.921	31.839
Total	677.264	364.171

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos		Vencimento	Valor contábil	Valor de custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Ativos 2023	Ativos 2022	%
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F = G - F)								
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	64.392	79.396	5.921	(26)	149.683	149.667	149.683	16	149.683	22%	213.936	34%		
Fundos de investimentos	64.392	79.396	5.921	(26)	149.683	149.667	149.683	16	149.683	100%	213.936	149%		
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	79.396	5.921	-	85.317	85.301	85.317	16	85.317	57%	107.509	50%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	14.461	-	-	14.461	14.461	14.461	-	14.461	10%	106.487	99%		
Operações compromissadas (*)	2	49.931	-	-	49.931	49.931	49.931	-	49.931	33%	-	-		
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	(26)	(26)	(26)	(26)	-	(26)	0%	(60)	0%		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	527.581	551.760	527.581	(24.179)	527.581	78%	407.814	65%		
Certificados de depósito bancário - CDB	1	-	-	-	527.581	551.760	527.581	(24.179)	527.581	100%	407.814	100%		
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	527.581	551.760	527.581	(24.179)	527.581	100%	390.367	96%		
Total	64.392	606.977	5.921	(26)	677.264	701.427	677.264	(24.163)	677.264	100%	621.550	100%		

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos. **b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. **• Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda 1 (um) dia com uma taxa prefixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **d) Taxa de juros contratada**

Certificados de depósito bancário - CDB	2023		2022	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
	-	-	100% CDI	100% CDI
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	12,05%	11,98%	13,12%	13,12%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	10,12%	6,18%	8,70%	6,17%
Operações compromissadas (*)	11,65%	11,62%	-	-

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado que podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa. (**) O fluxo de passivos considera as projeções das provisões técnicas líquidas de resseguro e de direito creditório. Os fluxos consideram a avaliação de *ALM-Asset Liability Management*. **Risco de mercado:** R

★ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação de prêmios a receber:

	2023	2022
Saldo inicial	87.594	91.919
(+) Prêmios emitidos	1.130.962	1.088.142
(+) IOF	3.828	3.842
(-) Prêmios cancelados	(78.528)	(41.275)
(-) Recebimentos	(1.062.872)	(1.055.740)
(-/+ Constituição/Reversão da redução ao valor recuperável	(883)	706
Saldo final	80.101	87.594

c) Composição de prêmios a receber por prazo:

	2023	2022
A vencer até 30 dias	65.344	73.067
A vencer de 31 a 60 dias	7.878	7.130
A vencer de 61 a 120 dias	2.449	2.240
A vencer de 121 a 180 dias	1.710	1.679
A vencer de 181 a 365 dias	2.139	2.159
A vencer acima de 365 dias	13	55
Total a vencer	79.533	86.330
Vencidos até 30 dias	199	787
Vencidos de 31 a 60 dias	41	74
Vencidos de 61 a 120 dias	53	12
Vencidos de 121 a 180 dias	42	145
Vencidos de 181 a 365 dias	87	118
Vencidos acima de 365 dias	146	128
Total vencidos	568	1.264
Total	80.101	87.594

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 18 (dezoito) dias.

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	2023	2022
a) Ativo		
Sinistro a recuperar de cosseguro cedido	23.180	17.091
Outros	1.525	808
Redução ao valor recuperável	-	(8)
Total	24.705	17.891
b) Passivo		
Prêmios cedidos	21.669	9.386
Total	21.669	9.386

11. IMOBILIZADO

	2023	2022
Taxa anual de depreciação	2%	2%
Imóveis	4.531	(1.589)
Equipamentos	5.328	(5.326)
Móveis, máquinas e utensílios	2.621	(2.621)
Veículos	122	(122)
Total	12.602	(9.658)

	2023	2022
Taxa anual de depreciação	2%	2%
Imóveis	4.531	(1.522)
Equipamentos	5.328	(5.322)
Móveis, máquinas e utensílios	2.841	(2.840)
Veículos	122	(108)
Total	12.822	(9.792)

12. INTANGÍVEL

	2023	2022
Taxa anual de amortização	14% a 20%	14% a 20%
Desenvolvimento de softwares	145.834	(108.891)
Total	145.834	(108.891)

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2023	2022
Fornecedores	9.574	7.811
Compartilhamento de despesas	1.164	3.828
Participação nos lucros	8.667	3.079
Dividendos a pagar	14.890	10.187
Outras contas a pagar	312	469
Total	34.607	25.374

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Imposto de renda	16.450	11.146
Antecipação de imposto de renda	(13.092)	(9.378)
Contribuição social sobre o lucro líquido	10.741	7.513
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(8.179)	(6.070)
COFINS	1.122	790
PIS	184	128
Total	7.226	4.129

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2023	2022
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	51.988	284.362
Saldo inicial	828.886	17
Constituições	(831.476)	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	635.217
Aviso de sinistros	-	(534.352)
Pagamentos de sinistros	-	(138.240)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	1.209
Atualizações monetárias	-	-
Reversões	-	(111.054)
Pagamento de retrocessão	-	(38)
Saldo final	49.398	248.175
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	43.074	293.832
Saldo inicial	827.436	-
Constituições	(818.522)	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	682.431
Aviso de sinistros	-	(563.811)
Pagamentos de sinistros	-	(128.693)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	603
Atualizações monetárias	-	-
Reversões	-	(145.852)
Saldo final	51.988	284.362
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	29.102	3.366
Saldo inicial	-	771
Constituições	(29.102)	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	21.689
Aviso/Ajuste de sinistros	-	-
Sinistros pagos a recuperar	-	(21.952)
Reversões	-	(19.368)
Saldo final	29.102	3.092
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	25.643	2.113
Saldo inicial	-	1.174
Constituições	(25.643)	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	5.696
Aviso/Ajuste de sinistros	-	-
Sinistros pagos a recuperar	-	(28.590)
Reversões	-	(6.099)
Saldo final	25.643	2.113

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 197.192 (R\$ 225.154 em 31 de dezembro de 2022) e valores de retrocessão destacados nas constituições. (**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.507 (R\$ 1.358 em 31 de dezembro de 2022).

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

	Até 2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	1.242.085	512.707	578.114	781.120	551.976	517.718	517.718
No ano após o aviso	1.164.852	508.008	566.413	777.484	551.702	-	551.702
Dois anos após o aviso	1.121.106	509.208	564.997	780.248	-	-	780.248
Três anos após o aviso	1.117.486	508.130	559.051	-	-	-	559.051
Quatro anos após o aviso	997.162	467.865	527.634	-	-	-	499.289
Cinco anos ou mais após o aviso	1.118.760	-	-	-	-	-	1.118.760
Estimativa de sinistros incorridos em dezembro de 2023	1.118.760	499.289	559.051	780.248	551.702	517.718	4.026.768
Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	1.037.154	472.178	527.634	754.023	528.505	459.148	3.778.642
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	81.606	27.111	31.417	26.225	23.197	58.570	248.126
Provisão agregada de sinistros (*)	-	-	-	-	-	-	133.269
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	49
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-	381.444
Montante de sinistros pagos	813.558	386.513	469.886	703.296	485.571	459.148	459.148
No ano do aviso	923.448	456.665	517.211	748.737	528.505	-	528.505
Dois anos após o aviso	961.896	462.811	524.081	754.023	-	-	754.023
Três anos após o aviso	997.162	467.865	527.634	-	-	-	527.634
Quatro anos após o aviso	1.018.036	472.178	-	-	-	-	472.178
Cinco anos ou mais após o aviso	1.037.154	-	-	-	-	-	1.037.154
Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	1.037.154	472.178	527.634	754.023	528.505	459.148	3.778.642
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	-	-	-	-	-	-	248.126
Provisão agregada de sinistros (*)	-	-	-	-	-	-	133.269
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	49
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-	381.444
Montante de sinistros pagos	1.224.360	504.715	569.875	768.542	531.135	494.831	494.831
No ano do aviso	1.145.142	498.745	558.680	758.383	530.448	-	530.448
Dois anos após o aviso	1.100.588	499.943	555.501	761.064	-	-	761.064
Três anos após o aviso	1.096.862	498.664	549.563	-	-	-	549.563
Quatro anos após o aviso	1.104.883	489.821	-	-	-	-	489.821
Cinco anos ou mais após o aviso	1.097.761	-	-	-	-	-	1.097.761
Estimativa de sinistros incorridos em dezembro de 2023	1.097.761	489.821	549.563	761.064	530.448	494.831	3.923.488
Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	1.016.260	462.829	518.224	734.964	507.954	439.809	3.680.040
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	81.501	26.992	31.339	26.100	22.494	55.022	243.448
Provisão agregada de sinistros (*)	-	-	-	-	-	-	129.862
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	49
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-	373.359

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

	2023	2022
a) Ativo		
Recuperação de sinistros	4.835	13.092
Total	4.835	13.092
b) Passivo		
Prêmios cedidos em resseguro	5.427	9.540
Comissões a recuperar	(115)	(124)
Total	5.312	9.416

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2023	2022
Grupo de ramos		
Pessoas	828.713	30.021
Grupo de ramos		
Pessoas	829.252	27.991
(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE montante de R\$ 173 (R\$ (1.816) em 31 de dezembro de 2022).		

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

	2023	2022
Ramos		
Vida em grupo	10.828	13.720
Acidentes pessoais coletivos	1.628	1.179
Pessoas individual	231	69
Total	12.687	14.968
Circulante	11.355	12.172
Não circulante	1.332	2.796
Total	20.232	22.222
Saldo inicial	14.968	11.499
Constituições	94.820	93.288
Reversões	(97.101)	(89.819)
Saldo final	12.687	14.968

	2023	2022
Taxa anual de depreciação	2%	2%
Imóveis	4.531	(1.589)
Equipamentos	5.328	(5.326)
Móveis, máquinas e utensílios	2.621	(2.621)
Veículos	122	(122)
Total	12.602	(9.658)

	2023	2022
Taxa anual de depreciação	2%	2%
Imóveis	4.531	(1.522)
Equipamentos	5.328	(5.322)
Móveis, máquinas e utensílios	2.841	(2.840)
Veículos	122	(108)
Total	12.822	(9.792)

12. INTANGÍVEL

	2023	2022
Taxa anual de amortização	14% a 20%	14% a 20%
Desenvolvimento de softwares	145.834	(108.891)
Total	145.834	(108.891)

15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	2023	2022
Acidentes pessoais coletivos	909	902
Vida em grupo	14.746	14.955
Total comissões emitidas	15.655	15.857
Comissões a pagar	884	775
Total	16.539	16.632

16. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

São compostos por valores de comissão de agenciamento, estipulante e pró-labore a pagar conforme demonstrado por ramos abaixo:

	2023	2022
Acidentes pessoais coletivos	43	173
Vida em grupo	18.833	14.868
Total	18.876	15.041

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações com seguradoras.

	2023	2022
--	------	------

★ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

(j) Resultado financeiro	60.411	60.496
Receitas financeiras	64.666	68.999
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	26.120	33.202
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	36.724	33.894
Rendimento com equivalentes de caixa	110	143
Atualização monetária dos créditos tributários	611	232
Atualização monetária dos depósitos judiciais	294	277
Outras receitas financeiras	807	1.251
Despesas financeiras	(4.255)	(8.503)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(1.209)	(603)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(1.881)	(2.773)
Taxa de administração	(993)	(4.812)
Despesas financeiras de juros	(172)	(315)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Lucro antes dos impostos e após participações	98.485	98.485	70.162	70.162
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido às alíquotas vigentes	(24.597)	(14.773)	(17.517)	(11.110)
Diferenças temporárias	(685)	(411)	718	551
Diferenças permanentes	(270)	(161)	(278)	(174)
Prejuízo fiscal e base negativa	7.673	4.604	5.131	3.220
Deduções incentivadas	1.429	-	800	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes	(16.450)	(10.741)	(11.146)	(7.513)
Constituição de crédito tributário	(6.988)	(4.193)	(5.848)	(3.771)
Efeito aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	-	263
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	462	283
Ajuste relativo ao exercício corrente	1.577	1.004	-	-
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(21.861)	(13.930)	(16.532)	(10.738)
Alíquota efetiva (%)	22%	14%	24%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários:

	2022	Constituições	Reversões	2023
Ativo				
Tributos a compensar	4.415	2.794	(7.209)	-
PIS/COFINS	7.063	1.085	(1.937)	6.211
Tributos retidos na fonte	1.055	32	(1.056)	31
Total circulante	12.533	3.911	(10.202)	6.242
Ativo não circulante				
Diferenças temporárias:				
Atualização monetária de depósito judicial	(479)	-	(66)	(545)
Ajustes de títulos a valor justo TVM	25.954	4.327	(20.609)	9.672
Contingências cíveis	5.076	-	(248)	4.828
Contingências trabalhistas	1.594	291	(1.578)	307
Outras provisões	13.805	-	-	13.805
Provisão para riscos de crédito	3.162	7.410	(6.949)	3.623
Provisão para participação nos lucros	1.232	26.616	(24.381)	3.467
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	180.037	-	(11.508)	168.529
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	11.586	1.514	(2.150)	10.950
Total ativo não circulante	241.967	40.158	(67.489)	214.636

	2021	Constituições	Reversões	2022	Ano	%
Ativo					2023	7,54%
Tributos a compensar	5.626	4.317	(5.528)	4.415	2024	7,84%
PIS/COFINS	7.722	1.555	(2.214)	7.063	2025	8,55%
Tributos retidos na fonte	2.538	154	(1.637)	1.055	2026	9,94%
Total circulante	15.886	6.026	(9.379)	12.533	Anos subsequentes - até 2033	66,13%
Ativo e passivo não circulante					Total	100,00%
Diferenças temporárias:						
Atualização monetária de depósito judicial	(416)	(63)	-	(479)		
Ajustes de títulos a valor justo TVM	20.849	40.687	(35.582)	25.954		
Contingências cíveis	5.336	306	(566)	5.076		
Contingências trabalhistas	2.772	4.392	(5.570)	1.594		
Outras provisões	14.232	1.579	(2.006)	13.805		
Provisão para riscos de crédito	3.360	(11.010)	10.812	3.162		
Provisão para participação nos lucros	254	14.975	(13.997)	1.232		
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	187.814	1.752	(9.529)	180.037		
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	11.588	560	(532)	11.586		
Total ativo e passivo não circulante	245.579	53.178	(56.970)	241.967		

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversos variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização desses créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Empresa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (5)	-	-	2	(5)
Clube Previdência de Seguridade (5)	-	4.025	14.733	(18.175)
Fundacion MAPFRE (5)	-	-	3	-
Light Serviços de Eletricidade S.A. (5)	-	-	27	(1)
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	11	-	152	-
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(2)/(5)	50	136	1.772	(5.923)
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	4	730	7.322	(6.320)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	290	297	3.263	(8.050)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)/(5)	17	5	138	(94)
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (1)/(5)/(7)	-	-	-	-
MAPFRE Participações S.A. (5)/(9)	-	14.890	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)/(6)	17	84	390	(566)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (4)	5.290	1.170	4.069	(6.777)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	2.487	2.124	10.562	(14.167)
MAPFRE Saúde Ltda. (1)/(5)/(8)	-	-	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(5)	2.014	179	24.556	(2.247)
MAPFRE Tech (10)	-	-	-	(25)
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	8	-	98	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	2	49	-	(594)
Vida Clube de Seguros (5)	-	-	-	(12)
Viva Vida Segura de Seguros (5)	-	-	2	(11)
Total	10.190	23.689	67.095	(63.857)

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais esses definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h. 3) Refere-se à compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradoras. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas. 5) Refere-se seguro de vida da Seguradora. 6) Seguro de vida dos Administradores e Colaboradores. 7) Despesa com taxa de administração de investimentos. 8) Refere-se a convênio odontológico, porém o convênio de plano médico está em run-off. 9) Refere-se à distribuição de dividendos. 10) Refere-se a sistemas de tecnologia. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, a remuneração, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE

2023	2022
Ativo	Passivo
Receita	Despesa
Ativo	Passivo
Receita	Despesa

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos beneficiários compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 552 (R\$ 289 em 31 de dezembro de 2022).

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

2023	2022
Ativo	Passivo
Receita	Despesa
Ativo	Passivo
Receita	Despesa

Brasil Participações S.A., MAPFRE Investimentos Ltda. e MAPFRE Saúde Ltda. empresas do GRUPO MAPFRE.
Benefícios
Bônus e participação nos lucros
Total
A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Seguradora. **b) Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

DIRETORIA	ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO DENIA DE MOURA	FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT IVAN PARASKEVOPOULOS DA SILVA	ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO RAPHAEL BAUER DE LIMA	ROBERTO JUNIOR DE ANTONI SIMONE PEREIRA NEGRÃO
FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO				

CONTADORA	ATUÁRIA
TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna. É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Atuários Auditores Independentes das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. **Principais Atividades** O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão diante sintetizadas. Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras; ao sistema de controles internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos. Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos. **Conclusões** Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: **a)** A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade; **b)** As Auditorias Externas são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas incorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; **c)** As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.
Luiz Cláudio Ligabue Coordenador
Edgar Jabbour Membro Titular
Francisco Petros Oliveira Lima Paphathanasiadis Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Vida S.A. São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da mensuração das Provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos** Veja as Notas nºs 3(p), 3(k), 7(b), 18, 19 e 21 das demonstrações financeiras **Principal assunto de auditoria** A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e resseguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de despesa relacionada (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE). Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar as referidas provisões técnicas, a Seguradora utiliza se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros citadas como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas. **Como auditoria endereçou esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários. (ii) obtenção do estudo de realização dos créditos tributários para a data-base 31 de dezembro de 2023 e comparação com a expectativa de realização constante no estudo anterior, bem como o montante efetivamente realizado no período; (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, nos parecermos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas de seguro, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de resseguro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. **Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social** Veja as Notas nºs 3(p) e 25(b) das demonstrações financeiras **Principal assunto de auditoria** A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros. Nossa expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuros. **Como auditoria endereçou esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários. (ii) obtenção do estudo de realização dos créditos tributários para a data-base 31 de dezembro de 2023 e comparação com a expectativa de realização constante no estudo anterior, bem como o montante efetivamente realizado no período; (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, nos parecermos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião